



Instituto JBS
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2011 e 2010



Instituto JBS

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho Deliberativo e Diretoria do
Instituto JBS
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto JBS (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis


Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto JBS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Robson Nunes Moura
Contador CRC 1SP195308/O-7

INSTITUTO JBS
**Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>		<u>Nota</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.10</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.739	112.158	Fornecedores	7	43.195	33.968
Despesas antecipadas		840	794	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	1.041.460	348.383
Outros ativos circulantes		15.743	14.499				
TOTAL DO CIRCULANTE		92.322	127.451	TOTAL DO CIRCULANTE		1.084.655	382.351
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Imobilizado	5	11.074.057	11.195.111	Patrimônio social		10.729.872	6.591.528
Intangível	6	51.769	7.469	Fundo de reserva estatutária		217.808	217.808
				Superávit (déficit) acumulado		(814.187)	4.138.344
		11.125.826	11.202.580				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.125.826	11.202.580	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.133.493	10.947.680
TOTAL DO ATIVO		11.218.148	11.330.031	TOTAL DO PASSIVO		11.218.148	11.330.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JBS

**Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.981.955	7.567.877
Receitas com doações	11	<u>3.981.955</u>	<u>7.567.877</u>
SUPERÁVIT BRUTO		3.981.955	7.567.877
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	12	(4.775.624)	(3.203.123)
Resultado financeiro líquido	13	<u>(20.518)</u>	<u>(8.602)</u>
		<u>(4.796.142)</u>	<u>(3.211.725)</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>(814.187)</u>	<u>4.356.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO JBS

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
(Déficit) superávit do exercício	<u>(814.187)</u>	<u>4.356.152</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO ABRANGENTE TOTAL	<u><u>(814.187)</u></u>	<u><u>4.356.152</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JBS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em reais)

	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010	7.127.505	-	(535.977)	6.591.528
Transferência para o Patrimônio Social	(535.977)	-	535.977	-
Constituição do fundo de reserva	-	217.808	(217.808)	-
Superávit do exercício	-	-	4.356.152	4.356.152
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	6.591.528	217.808	4.138.344	10.947.680
Transferência para o Patrimônio Social	4.138.344	-	(4.138.344)	-
Déficit do exercício	-	-	(814.187)	(814.187)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	10.729.872	217.808	(814.187)	10.133.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JBS

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
.Superávit (déficit) do exercício	(814.187)	4.356.152
.Depreciação e amortização	<u>359.979</u>	<u>179.989</u>
	(454.208)	4.536.141
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.290)	37.317
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	9.227	(284.085)
Outros passivos circulantes e não circulantes	<u>693.077</u>	<u>269.939</u>
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	<u>246.806</u>	<u>4.559.312</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado e intangível	<u>(283.225)</u>	<u>(4.693.949)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(283.225)</u>	<u>(4.693.949)</u>
Varição líquida no exercício	(36.419)	(134.637)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>112.158</u>	<u>246.795</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>75.739</u></u>	<u><u>112.158</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JBS

Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receitas com doações	<u>3.981.955</u>	<u>7.567.877</u>
	3.981.955	7.567.877
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(1.178.571)</u>	<u>(1.156.160)</u>
	(1.178.571)	(1.156.160)
Valor adicionado bruto	<u>2.803.384</u>	<u>6.411.717</u>
Depreciação e amortização	<u>(359.979)</u>	<u>(179.989)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>2.443.405</u>	<u>6.231.728</u>
Valor recebido em transferencia		
Receitas financeiras	93	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>2.443.498</u></u>	<u><u>6.231.728</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	1.759.395	1.011.400
Benefícios	765.484	475.185
FGTS	<u>164.200</u>	<u>75.377</u>
	2.689.079	1.561.962
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	<u>500.169</u>	<u>275.446</u>
	500.169	275.446
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	19.581	7.400
Aluguéis	47.826	29.216
Outras	<u>1.030</u>	<u>1.552</u>
	68.437	38.168
Remuneração de capitais próprios		
Superávit (déficit) do exercício	<u>(814.187)</u>	<u>4.356.152</u>
	(814.187)	4.356.152
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u><u>2.443.498</u></u>	<u><u>6.231.728</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JBS

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Instituto JBS ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em 6 de janeiro de 2009, com objetivo de promover, em caráter filantrópico e beneficente, atividades de caráter educacional a crianças carentes visando estender a educação às classes desfavorecidas.

Durante o exercício de 2009 ocorreu a construção das instalações e iniciou-se suas operações em 2010, contando neste exercício com 180 alunos de ensino fundamental II, devendo chegar a 570 alunos em 2015 divididos entre ensinos fundamental e médio.

O Instituto poderá aceitar auxílios, doações, contribuições, subvenções, bem como poderá promover iniciativas conjuntas e poderá firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria e outros instrumentos jurídicos com organismos ou entidades públicas ou privadas, pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos, nem arrisquem sua independência.

O Fundo patrimonial, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi doado pela sua mantenedora JBS S.A. Desde sua constituição não houve auxílios e subvenções recebidos do poder público.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto JBS, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de abril de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – Imobilizado
- Nota explicativa 9 – Provisão para contingências

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

INSTITUTO JBS

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

INSTITUTO JBS

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa.

k) Demonstração do valor adicionado

O Instituto incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

l) Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (art.24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.11	31.12.10
Caixa	992	573
Banco conta movimento	74.747	111.585
	75.739	112.158

5 Ativo imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação	31.12.11			31.12.10
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e construções	2,00%	9.318.843	(279.565)	9.039.278	9.225.655
Móveis e utensílios	8,33%	841.947	(105.201)	736.746	806.880
Máquinas e equipamentos	5,00%	768.005	(57.600)	710.405	748.805
Equipamentos de Informática	33,33%	199.150	(88.413)	110.737	160.188
Instalações Industriais	4,00%	117.839	(7.071)	110.768	115.482
Equipamentos de comunicação	10,00%	3.227	(357)	2.870	3.108
Obras em andamento		363.253	-	363.253	134.993
		11.612.264	(538.207)	11.074.057	11.195.111

	31.12.10	Aquisições e adições	Baixas	Depreciação	31.12.11
Movimentação do ativo imobilizado					
Edifícios e construções	9.225.655		-	(186.377)	9.039.278
Móveis e utensílios	806.880		-	(70.134)	736.746
Máquinas e equipamentos	748.805		-	(38.400)	710.405
Equipamentos de Informática	160.188	10.398	-	(59.849)	110.737
Instalações Industriais	115.482		-	(4.714)	110.768
Equipamentos de comunicação	3.108		-	(238)	2.870
Obras em andamento	134.993	239.060	(10.800)	-	363.253
	11.195.111	249.458	(10.800)	(359.712)	11.074.057

6 Intangível

	Taxas médias anuais de amortização	31.12.11			31.12.10
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	17%	53.530	(1.761)	51.769	7.469
		53.530	(1.761)	51.769	7.469

INSTITUTO JBS

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

Movimentação do ativo intangível	31.12.10	Adições	Amortização	31.12.11
Software	7.469	44.567	(267)	51.769
	7.469	44.567	(267)	51.769

7 Fornecedores

	31.12.11	31.12.10
Materiais e serviços	43.195	33.968
	43.195	33.968

8 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.11	31.12.10
Salários e encargos Sociais	923.464	307.472
Provisões para férias 13º salário e encargos	74.256	11.054
PIS e COFINS a recolher	11.070	3.153
ISS a recolher	2.736	1.226
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	26.869	24.749
Contribuição social a recolher	2.008	187
Outros	1.057	542
	1.041.460	348.383

9 Provisão para contingências

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra o Instituto.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para o Instituidor, conforme previsto no art. 26 do estatuto social.

11 Receitas

	31.12.11	31.12.10
Pessoa Jurídica - Mantenedor	3.981.955	7.520.000
Pessoa Física - Terceiros	-	47.877
	3.981.955	7.567.877

12 Despesas administrativas e gerais

	31.12.11	31.12.10
Salários e encargos	3.149.999	1.821.634
Depreciação e amortização	359.979	179.989
Manutenção e conservação	73.285	40.248
Material de uso e consumo	497.469	406.553
Aluguéis de equipamentos	39.026	18.256
Despesas com taxas e tributos	66.085	39.515
Feiras e eventos	12.316	59.226
Despesas com prestação de serviços	577.465	637.702
	4.775.624	3.203.123

INSTITUTO JBS

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

13 Resultado financeiro líquido

	31.12.11	31.12.10
Receitas Financeiras		
Descontos financeiros obtidos	93	349
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(1.030)	(1.552)
Juros saldo devedor - Bancos	(39)	(34)
Juros sobre pagamentos em atraso	(19.542)	(7.365)
	(20.518)	(8.602)

As despesas e receitas financeiras são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

14 Recursos financeiros

Baseado no orçamento anual preparado pela Administração do Instituto JBS, a mantenedora proverá através de doações, em bases mensais, os recursos necessários para a manutenção de suas atividades.

15 Remuneração da Administração

O Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

16 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa, assim como outras contas a receber e fornecedores.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

17 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Vivianne Mendonça Batista Silveira
Presidente

Wanderley Higino da Silva
Contador
CRC 1SP123638/O-8